



**Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei**

---

**RELATÓRIO DE GESTÃO,  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E  
ANEXO DE 2021**

---



## Índice

1.	Apresentação .....	2
2.	Órgãos Sociais .....	3
3.	Enquadramento .....	4
4.	Áreas de Intervenção .....	6
4.1.	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas .....	6
4.2.	Serviço de Apoio Domiciliário .....	6
4.3.	Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor .....	7
4.4.	Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos” .....	7
4.5.	Programa de Emergência Social .....	9
4.6.	Serviços Transversais .....	9
5.	Relatório do Plano de Ação 2021 .....	12
6.	Apreciação e Considerações Finais .....	27
7.	Demonstrações Financeiras .....	30
8.	Anexo (às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021) .....	36
9.	Proposta da Mesa Administrativa à Assembleia Geral .....	66
10.	Certificação Legal das Contas 2021	
11.	Parecer do Definitório	



## **1. APRESENTAÇÃO**

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei localiza-se no concelho de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco e integra a NUTS III do Médio Tejo, desenvolvendo até à data, respostas sociais na área da Terceira Idade, da saúde e da Educação.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR) integra diversos equipamentos designadamente a ERPI de Santo António, ERPI Casa do Idoso, ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor e Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos”. Todos os equipamentos mencionados funcionam com recurso a serviços de suporte nomeadamente administrativos, lavandaria, externos, cozinha e serviços religiosos. Existe ainda um conjunto de prestação de serviços que visam garantir a todos o acesso a um conjunto de bens e serviços de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos utentes/clientes bem como aos colaboradores da Instituição.



## **2. ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Mesa da Assembleia-Geral**

#### **Presidente**

Carlos Manuel da Silva Nunes

#### **Vice-Presidente**

Manuel António Domingos

#### **1º Secretário**

Alberto Galego Joaquim

### **Mesa Administrativa**

#### **Provedora**

Maria da Conceição Barata Joaquim

#### **Vice-Provedora**

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa

#### **1º Secretário**

Américo Bernardino

#### **2º Secretário**

Fernanda Maria Gaspar Matias

#### **Tesoureira**

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz

### **Conselho Fiscal ou Definitório**

#### **Presidente**

João Alvares Barroso de Moura Campino

#### **Vice-Presidente**

Rui Manuel Rosa Garcia

#### **Secretário**

Casimiro Marçal Vicente



### 3. ENQUADRAMENTO

A Mesa Administrativa, no cumprimento do imperativo legal e estatutário, apresenta o relatório de gestão referente ao ano de 2021 aos Irmãos da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR).

A Irmandade da SCMVR, instituída no ano de 1581, é uma Associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional e pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Ao longo do ano, a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei observou, na sua gestão, o seguinte conjunto de valores e princípios:

**Visão:** Ser uma Instituição de referência a nível local, regional e nacional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades sentidas pelos cidadãos.

**Missão:** Prestar serviços de excelência ao nível da área social, da educação e da saúde promovendo a melhoria contínua, dignificando as condições de vida de todos os que necessitam, sob evocação das Obras de Misericórdia.

**Valores:** **Equidade**, Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa; **Ética**, Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno; **Rigor e Transparência**, Fortalecer o rigor Institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes; **Qualidade e Eficiência**, Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descuidar a eficiência e a sustentabilidade económica.

A SCMVR rege-se, sempre, por uma atitude permanente de entejuda clara, responsável e transparente com o objetivo de promover uma relação de bem-estar e de harmonia para com os Utentes/Clientes, Colaboradores, Comunidade e Parceiros.

A Gestão da SCMVR tem desafios constantes e diários, desde cumprir a legislação em vigor até manter a sustentabilidade financeira, contudo o ano de 2021 continuou marcado pela pandemia do COVID-19, a qual continuou a marcar indubitavelmente a vida de todos quantos estão na Instituição, desde



utentes/clientes como colaboradores e naturalmente continuou a marcar a vida coletiva, familiar e comunitária, que ficará na memória de todos nós.

Foi mais um ano de extrema exigência, tanto ao nível de organização, de recursos humanos como financeiro tendo a Direção Geral continuado a providenciar estratégias e medidas para que por um lado se continuasse a combater o vírus do covid-19 e por outro lado implementar medidas que contribuíssem para a contratação de recursos humanos dado que cada vez mais é difícil contratar novos elementos fruto da interioridade onde nos encontramos.

Desde o primeiro momento que a Missão da SCMVR foi o de zelar por todos aqueles que estão à sua responsabilidade. A rapidez das decisões tomadas, a reorganização de serviços, a implementação das muitas medidas preventivas que foram diligenciadas a cada momento face à evolução da pandemia, e naturalmente a sensibilização da excelente equipa que edifica a SCMVR, a qual continua a cooperar e laborar com um espírito resiliente para a continuidade do sucesso de se ter chegado ao final do ano de 2021 e continuarmos a afirmar com orgulho de que não tivemos nenhum caso covid-19 em nenhum dos nossos utentes/clientes.

Importa salientar ainda que a SCMVR enquanto a maior entidade empregadora do concelho continua a assumir um papel fulcral no desenvolvimento local, procurando dar oportunidade a todos os que pretendam com o seu trabalho e dedicação servir à causa e missão da SCMVR, bem como, dando formação aos Colaboradores para que aumentem as suas competências, contribuindo para a satisfação das suas expectativas profissionais promovendo o seu desenvolvimento pessoal e dessa forma se sintam motivados no exercício das funções que desempenham diariamente, para que a prestação dos serviços seja de excelência.



#### **4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

##### **4.1. A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**

A SCMVR possui três Estruturas Residenciais para Idosos designadamente a ERPI Santo António, a ERPI Casa do Idoso e a ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança.

Em cada um destes equipamentos existe alojamento coletivo, de utilização permanente, para Utentes/Clientes em situação de maior risco social, perda de independência e/ou autonomia. As ERPI'S têm como finalidade contribuir para o bem-estar e qualidade de vida do utente/cliente, proporcionando-lhe apoio nas atividades de vida diária, bem como na prevenção, sendo uma resposta para a sua situação de dependência.

No ano de 2021 as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas apresentaram uma taxa de ocupação igual ao total da capacidade de cada uma. Ou seja, com um total de 169 utentes. Continua a ser garantido e disponibilizado um conjunto de bens e serviços, desde alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, atividades de animação sociocultural, cuidados médicos e de enfermagem, administração de fármacos, serviço religioso, serviço social, psicologia, fisioterapia, aulas de música, aulas de dança e espaços de lazer de forma a promover a satisfação das necessidades dos Utentes/Clientes. Para o efeito as ERPI'S estão dotadas de equipas multidisciplinares constituídas por um conjunto de profissionais que prestam apoio diário e permanente, prestando de forma eficiente, o serviço dos cuidados prestados aos utentes/clientes.

Paralelamente, continuamos a investir na melhoria da qualidade de vida dos Utentes/Clientes, através da humanização de alguns espaços interiores e exteriores e na aquisição de equipamento.

##### **4.2. O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que tem como finalidade a prestação de cuidados ao domicílio, de uma forma temporária ou permanente para a satisfação das necessidades básicas e/ou das atividades da vida diária dos Utentes/Clientes, respeitando a sua permanência no domicílio e evitando/retardando a sua institucionalização. Ainda tem por objetivo combater a exclusão e o isolamento social das pessoas dependentes que não possuem redes informais de suporte, ou seja não têm família de retaguarda, e assim contribuir para uma relação de proximidade e de acompanhamento. No ano de 2021 o SAD apoiou em média um total de 32 Utentes/Clientes.



#### **4.3. Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção (UCCI)**

O Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 tem por objetivo consolidar e promover a segurança na prestação de cuidados de saúde, inclusivamente no âmbito da atuação da Rede nacional de Cuidados Continuados Integrados, sem negligenciar os princípios que sustentam a área da segurança do doente, como a cultura de segurança, a comunicação, e a implementação continuada de práticas seguras em ambientes cada vez mais complexos (Despacho n.º9390/2021 de 24 de setembro). A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados tem por objetivos “ a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

Os Cuidados Continuados Integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua reabilitação, autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra, com vista à sua reintegração sociofamiliar.” ([www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)).

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Rainha D. Leonor funciona com duas Unidades de Internamento, uma de Média Duração e outra de Longa Duração, as quais têm por objetivo prestar cuidados clínicos de reabilitação, de apoio psicossocial e cuidados integrados de reabilitação e manutenção. Para o efeito existe uma equipa multidisciplinar constituída por vários profissionais que de forma diária e permanente prestam todo o apoio necessário nas atividades da vida quotidiana aos doentes.

Tem sido uma preocupação constante da SCMVR garantir a qualidade, a segurança e o cumprimento das obrigações legais da Rede Nacional de Cuidados Continuados.

#### **4.4. Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscós”**

A Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscós” possui uma capacidade global para acolher 90 crianças entre os 3 meses e os 5 anos de idade possuindo acordos com a Segurança Social para 33 crianças. Funciona de segunda a sexta-feira das 7h30m às 19h30m durante todo o ano.

Ao longo do ano de 2021 verificou-se uma frequência 40 crianças.

Durante os últimos seis anos letivos pode-se verificar a seguinte frequência de crianças em Creche e em Pré-escolar:



<b>Ano Letivo</b>	<b>Número Total de Crianças Creche</b>	<b>Número Total de Crianças Pré-escolar</b>	<b>Número Total de Crianças em Creche e Pré-escolar</b>
<b>2016/2017</b>	13	20	33
<b>2017/2018</b>	22	19	41
<b>2018/2019</b>	19	22	41
<b>2019/2020</b>	16	22	38
<b>2020/2021</b>	17	22	39
<b>2021/2022</b>	21	19	40

O número reduzido de crianças a frequentar a Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” face à capacidade instalada deve-se ao facto de existirem as mesmas respostas de forma gratuita no concelho de Vila de Rei. No entanto tem-se conseguido manter o equilíbrio do número de crianças a frequentar as respostas sociais mencionadas e assim manter-se a continuidade do seu funcionamento.

A Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” possui uma equipa educativa formada por educadoras de infância e auxiliares de ação educativa, que diariamente recebem as crianças e as suas famílias de forma a responder às suas necessidades. As atividades com as crianças são desenvolvidas e planeadas de acordo com o desenvolvimento harmonioso, à sua idade, nível de desenvolvimento e realidade sociocultural do meio em que se inserem e estão de acordo com o projeto educativo. O objetivo principal da Creche e do Jardim de Infância “Os Patuscos” é criar um ambiente próximo com cada criança, sempre com afetividade e carinho, dando assim importância e prioridade às suas rotinas, aos tempos e necessidades das mesmas e em parceria com a família, promover o desenvolvimento global da criança facilitando a sua integração plena na sociedade.

Ao longo do ano foram realizados muitos trabalhos e atividades motoras, plásticas, de culinária, musicais, entre outras.

Para a realização das atividades foi necessário a aquisição constante de material, que na sua maioria é designado por consumíveis como cartolinas, tintas, lápis de cor, cera, e marcadores, cola, e entre outros materiais desta natureza. Também se efetuou investimento no espaço exterior, adquirindo alguns equipamentos para assim se poder dar continuidade ao projeto da horta pedagógica e assim contribuir para o desenvolvimento de todas as crianças na aquisição de conhecimentos, sentimentos, aptidões e valores essenciais ao seu crescimento.



#### 4.5. Programa de Emergência Social

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei tem Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais com o Instituto da Segurança Social, I.P., tendo-se constituído esta resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar que assegura às pessoas e/ou famílias com maior necessidade garantindo assim o acesso a refeições diárias (almoço e/ou jantar) gratuitas. No ano de 2021 o Programa de Emergência Alimentar apoiou diariamente em média 3,8 pessoas.

#### 4.6. Serviços Transversais

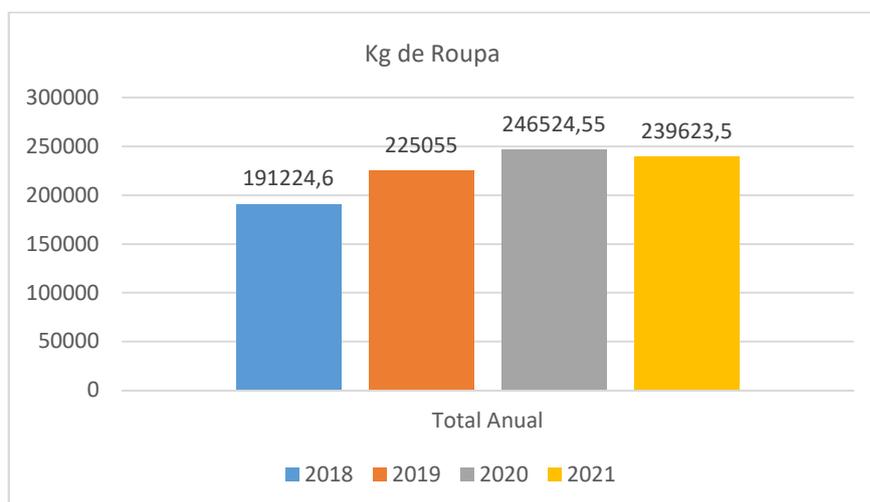
##### Serviço de Aprovisionamento

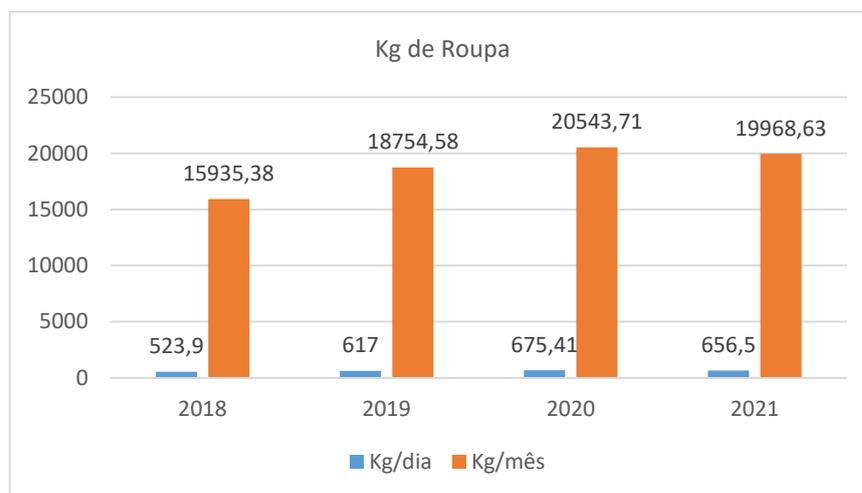
Através do serviço de aprovisionamento procede-se á aquisição dos produtos e serviços com a qualidade necessária para garantir o bom funcionamento de todas as unidades da Instituição e a prestação dos serviços aos Utentes /Clientes.

Continuando a política de contenção orçamental continua-se a estabelecer prioridades nas aquisições, para tal houve a continuidade dos procedimentos implementados para melhor controlo de custos.

##### Lavandaria

A lavandaria é um serviço de apoio centralizado no âmbito do tratamento de roupas da Instituição e dos Utentes/Clientes. A quantidade de roupa que a Lavandaria tratou durante o ano de 2021 foi de 239 623,5 Kg a que corresponde em média mensal de 19 968,63Kg e a 665,62 Kg por dia. Verificou-se uma diminuição da quantidade de roupa lavada relativamente ao ano de 2020 contudo superior ao ano de 2019 dado que em 2021 ainda se continua a viver o estado pandémico da covid-19 conforme se pode verificar nos gráficos abaixo transcritos:





### Frota

Os transportes são um serviço de apoio às diversas respostas sociais intervindo no apoio a deslocações designadamente no transporte escolar, transporte de Utentes/Clientes a consultas, a atividades, exames médicos, transporte de roupa e de refeições.

Para o efeito a SCMVR possui uma frota de 14 viaturas.

Importa salientar que no final do ano de 2021 foi efetuada uma candidatura no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência na tipologia da mobilidade verde para aquisição de duas viaturas elétricas para o Serviço de Apoio Domiciliário existindo a expectativa de aumentar a frota de 14 para 16 viaturas, no entanto após a aquisição dessas viaturas a intenção é retirar do funcionamento regular as viaturas que mais despesas têm gerado.

### Cozinha

Atualmente as refeições são confeccionadas pela empresa de restauração "ITAU" para todas as unidades da Instituição tendo como responsabilidade a gestão de todo o processo desde a encomenda das matérias-primas, gestão de stocks, confeção e empratamento.

De forma a efetuar um acompanhamento personalizado e específico na alimentação dos utentes/clientes nas ERPI'S mantem-se os serviços de uma nutricionista.

### Recursos Humanos



Os recursos humanos constituem um pilar fundamental para o funcionamento da Instituição. É fundamental que os Colaboradores se sintam motivados para o desempenho das suas funções e assim contribuir para sucesso da SCMVR.

De salientar que os recursos humanos da Instituição têm um peso orçamental considerável e onde não há espaço para negociação para uma eventual redução de custos. Por este fato é fundamental fazer-se uma gestão criteriosa dos recursos existentes. Apesar da Instituição ter sido obrigada a suspender a formação na sequência da pandemia do COVID-19 realizaram-se ações de formação para os colaboradores em contexto de trabalho recorrendo a recursos próprios da Instituição como também recorreu a formação via on-line através de plataformas digitais para o efeito, tendo sido possível dar formação nas seguintes áreas:

1. Novas formas de organização do tempo de trabalho (DL 79-A/2020) | On-line;
2. Avaliação do Desempenho: Pessoas & Organização | On-line;
3. Categorias profissionais nas Organizações Sociais | On-line;
4. Gestão da Formação Interna: Obrigações e Operacionalização | On-line;
5. Acidentes de Trabalho, Assédio Moral e Código de Conduta | On-line;
6. Workshop Online "Horários, Férias, Folgas e Retribuições"
7. Direitos e Deveres na Relação de Trabalho: Empregador e Trabalhador | On-line
8. Admissão, Cálculos de mensalidade e gestão de altas nas respostas de RNCC | On-line
9. Avaliação do Desempenho: Pessoas & Organização | On-line
10. Perigos alimentares e Boas Práticas de Higiene e Segurança Alimentar a Aplicar

O número médio de Colaboradores ao longo do ano de 2021 foi de 220 Colaboradores.



## 5. RELATÓRIO DO PLANO DE AÇÃO 2021

### 1. Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR) desenvolve a sua atividade através de cinco respostas sociais através de diversos equipamentos designadamente a ERPI de Santo António, ERPI Casa do Idoso, ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor e Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos”. Todos os equipamentos mencionados funcionam com recurso a serviços de suporte nomeadamente administrativos, lavandaria, externos, cozinha e serviços religiosos. Existe ainda um conjunto de prestação de serviços que visam garantir a todos o acesso a um conjunto de bens e serviços de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos utentes/clientes bem como aos colaboradores da Instituição.

#### 1.1. Caracterização da capacidade das respostas sociais

Respostas Sociais	Capacidade	Vagas Protocoladas (ISS/ARS)	Nº Utentes a frequentar (Dez.2021)
ERPI Santo António	60	60	60
ERPI Casa do Idoso	49	38	49
ERPI CGNSE	60	48	60
UCCIRDL	68	68	68
CJI “Os Patuscos”	90	33	40
SAD	70	51	36
PEA <sup>(1)</sup>	8	8	2

Fig.1 Respostas Sociais da SCMVR

(1) Considerou-se os dados a dezembro de 2021.

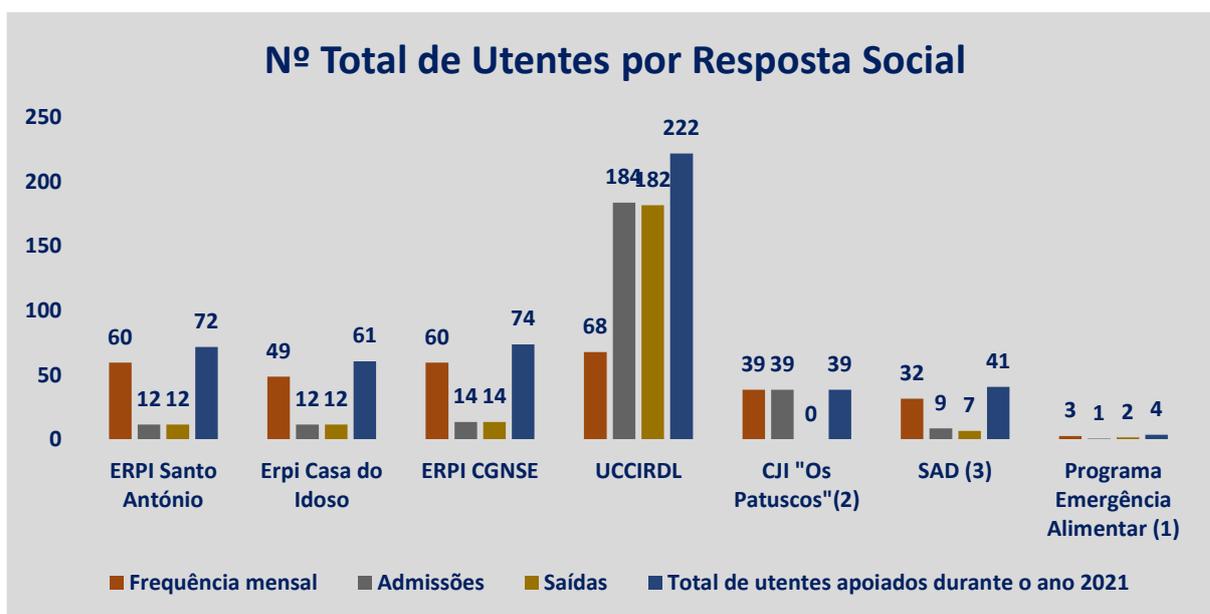


Gráfico 1. Número Total de Utentes/Clientes por Resposta Social

Relativamente ao número total de utentes/clientes por resposta social considerou-se o número de crianças inscritas para o ano letivo 2021 na Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos” e no Serviço de Apoio Domiciliário considerou-se o número médio de utentes/clientes que frequentaram aquela resposta social. Durante o ano de 2021 apoiou-se um total de 513 utentes/clientes.

### 1.2. Caracterização do Género na Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

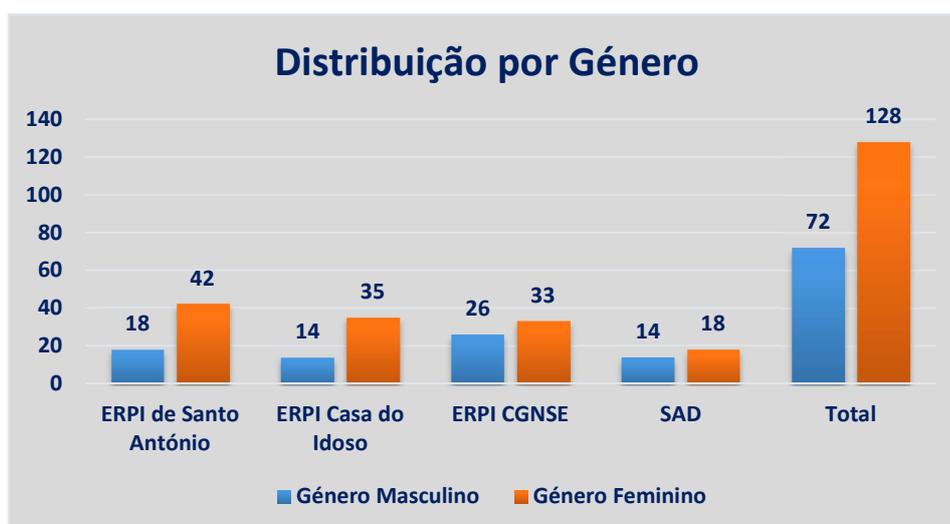


Gráfico 2. Número médio mensal de Utentes/Clientes por Resposta Social

Verifica-se que em todas as respostas sociais de ERPI e de SAD prevalece o género feminino.



### 1.3. Caracterização da Faixa Etária dos Utentes de ERPI'S e SAD da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

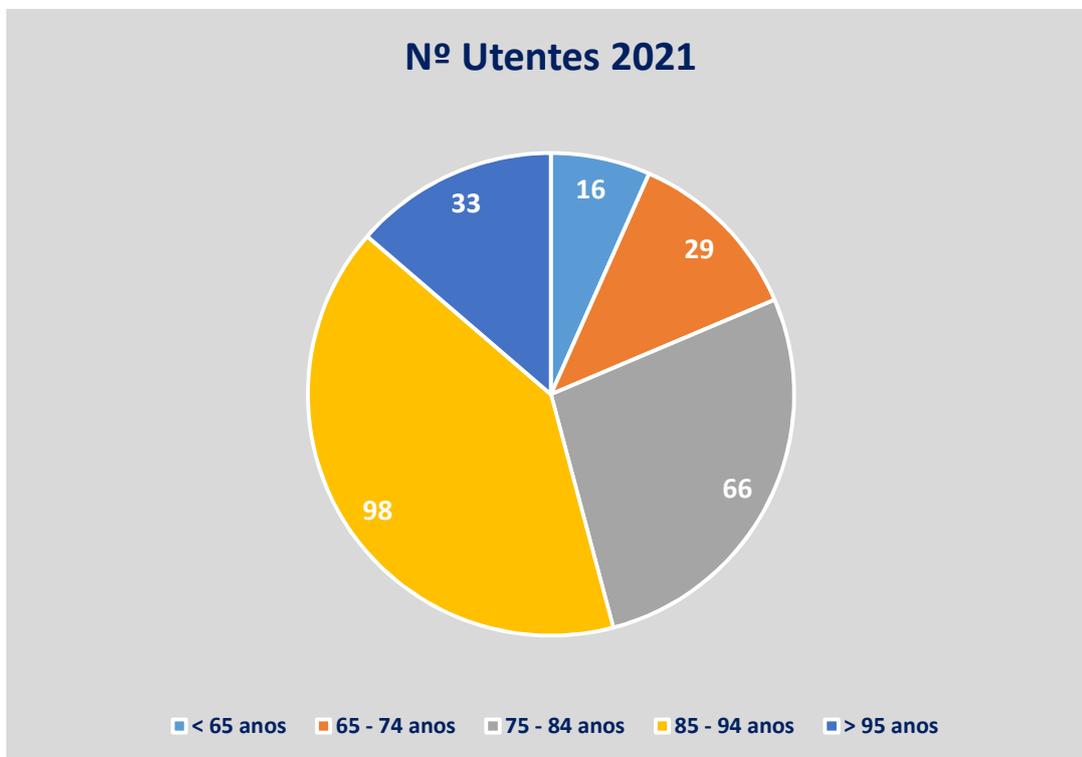


Gráfico 3. Idades dos Utentes/Clientes por Resposta Social de ERPI'S e SAD

Podemos verificar que o intervalo etário com maior relevância nas ERPI'S e SAD incide sobre a faixa etária entre os 85 e os 94 anos.



#### 1.4. Caracterização da situação de dependência dos utentes da SCMVR

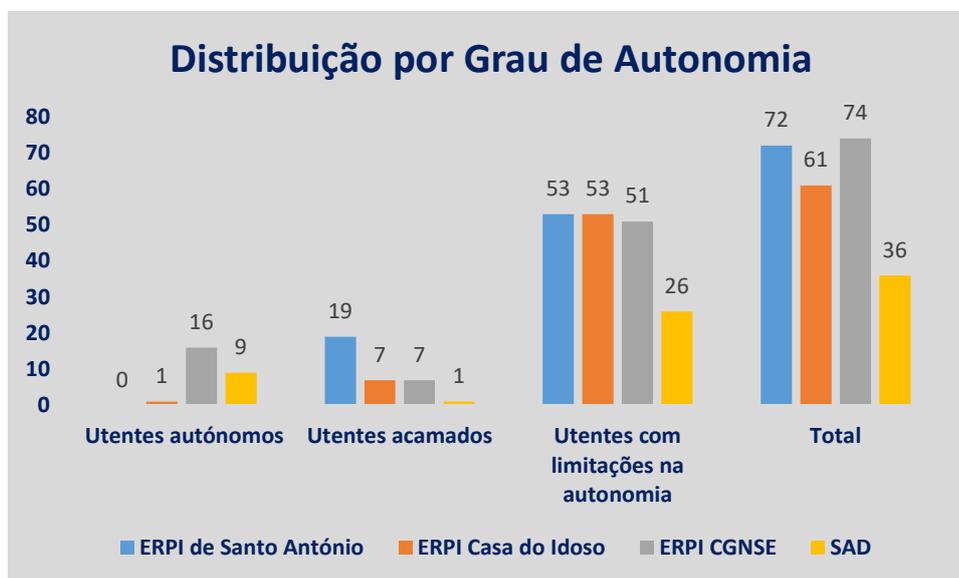


Gráfico 4 Distribuição por Grau de Autonomia

Verifica-se que a grande maioria dos utentes das diferentes respostas sociais de ERPI e SAD possuem algum tipo de limitação na autonomia. Uma das principais preocupações da SCMVR é, e será sempre, poder apoiar todos os utentes/clientes, indo ao encontro das suas expectativas e necessidades.

#### 1.5. Caracterização dos atendimentos e inscrições para Estrutura Residencial para Pessoas Idosas na SCMVR

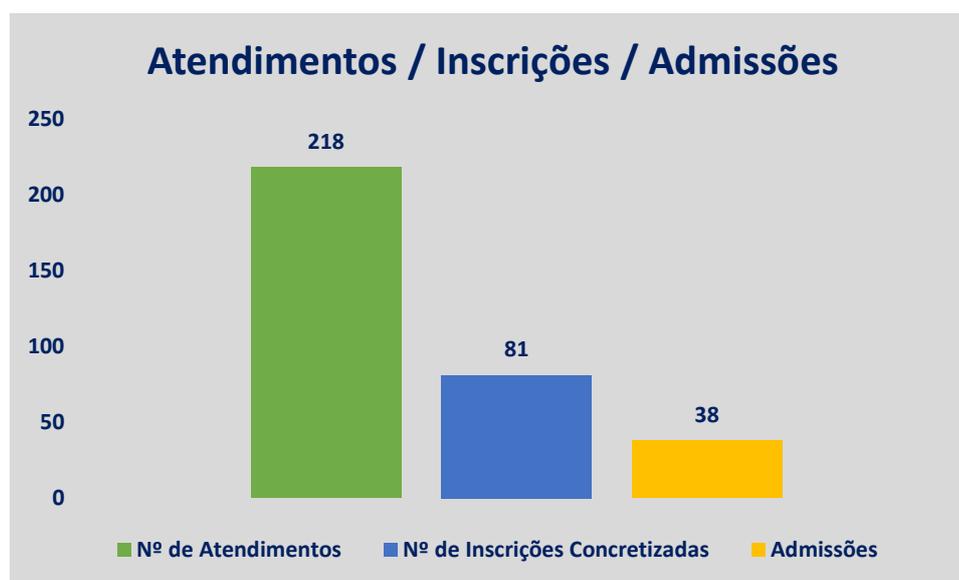


Gráfico 5. Atendimentos, Inscrições e Admissões em ERPI'S



**Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei**

**Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2021**

Durante o ano de 2021 efetuaram-se 218 atendimentos dos quais 81 efetivaram-se em inscrições e concretizaram-se 38 admissões em ERPI.

Em dezembro de 2021, na sequência de atualização encontravam-se 166 pessoas inscritas para integrar a resposta social de ERPI.



## 2. Monitorização e Avaliação do Plano de Ação 2021

### EIXO I: Gestão e Sustentabilidade

#### Objetivo Estratégico: Assegurar o equilíbrio económico e financeiro da SCMVR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Garantir uma boa execução Orçamental	% de cumprimento Orçamento	≤ 5% de desvio Orçamental	94%	-1%	Na globalidade da execução orçamental, houve um desvio negativo de 1% relativamente à meta considerada
Receber a totalidade da faturação	Taxa de recebimento da faturação	≥ 95% de taxa de recebimento	100%	0	
Alienar imóveis urbanos e rústicos propriedade da SCMVR	N.º de imóveis alienados	≥ 1 Imóvel	100%	600%	Foram alienados 7 imóveis rústicos e urbanos encontrando-se em curso o processo de alienação de mais dois imóveis
Dinamizar ações de captação de recursos	N.º de ações de captação de recursos realizadas	≥ 2 Ações	100%	+100%	Publicitação das nossas atividades na página da Instituição
Aumentar a Irmandade da SCMVR	N.º de novos Irmãos	> 10 Novos Irmãos	30%	-70%	O número de novos irmãos admitidos em 2021 foram três
Aumentar o rácio de cobrança das Quotas	% de aumento	≥ 5% de aumento neste indicador face ao ano transato	100%	+280%	No ano de 2021 os recebimentos de quotas foram superiores aos recebimentos do ano 2020 em 19%
Realizar reuniões da Mesa Administrativa da SCMVR	N.º de Reuniões da MA realizadas durante o ano	≥ 12 reuniões da MA	100%	+192%	A Mesa Administrativa da SCMVR realizou 35 reuniões
Realizar reuniões do Conselho Fiscal da SCMVR	N.º de Reuniões do Conselho Fiscal realizadas durante o ano	≥ 2 reuniões do Conselho Fiscal	100%	+50%	O Conselho Fiscal da SCMVR realizou 3 reuniões
Realizar reuniões da Assembleia Geral	N.º de Reuniões da Assembleia Geral realizadas durante o ano	≥ 2 reuniões da Assembleia Geral	100%	+50%	A Assembleia Geral realizou 3 reuniões



Participar nas atividades, reuniões regionais e nacionais do Secretariado Regional e UMP	Taxa de participação nas reuniões	$\geq 75\%$ de taxa de participação	100%	+25%	Os representantes da SCMVR estiveram em todas as reuniões convocadas pela UMP (online e presencial)
--	-----------------------------------	-------------------------------------	------	------	---

**EIXO II: Qualidade e Inovação****Objetivo Estratégico: Melhorar no âmbito do processo de Suporte Recursos: Gestão da Manutenção**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Assegurar o cumprimento dos Planos de Manutenção dos Equipamentos e Infraestruturas (Gestão da Manutenção)	Taxa de cumprimento dos Planos de Manutenção dos Equipamentos e Infraestruturas	≥ 80%	100%	+20%	Todos os Planos de Manutenção foram cumpridos
Proceder à conservação e reparação do equipamento básico nas Unidades da SCMVR (Gestão da Manutenção)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação do equipamento básico	≥ 90% de Intervenções	97,4 %	+7,4%	A meta definida foi cumprida garantindo que a maioria das intervenções necessárias fossem realizadas
Proceder à conservação e reparação do equipamento de transporte (Gestão da Manutenção da Frota Automóvel)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação da Frota automóvel	≥ 90% de Intervenções	100%	+10%	Foram cumpridas todas as intervenções face às necessidades da frota automóvel
Proceder à conservação e reparação do edificado da SCMVR (Gestão da Manutenção)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação do edificado da SCMVR	≥ 90% de Intervenções	100%	+10%	Foram cumpridas todas as intervenções face às necessidades

**Objetivo Estratégico: Melhorar no âmbito do Processo de Suporte Recursos: HACCP e SSHT**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Assegurar o cumprimento do Sistema de HACCP	N.º de não conformidades identificadas nas Auditorias de HACCP	≤ 15 não conformidades por Auditora	100%	0%	Realizaram-se 3 auditorias durante o ano 2021 nas seguintes datas: - 27/01/2021 - 26/04/2021 - 14/10/2021  Na análise efetuada não se verificaram não conformidades
Cumprir o Plano de prevenção no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	N.º de não conformidades identificadas nas Auditoria de SHT  N.º de Acidentes de Trabalho (AT) por ano	≤ 5 não conformidades por Auditora  ≤ 12 AT/ano	100%  -----	0%  +67%	Realizaram-se 2 auditorias durante o ano 2021 nas seguintes datas: -03/08/2021 -02/12/2021 Na análise efetuada verificaram-se que foram apresentadas oportunidades de melhoria, nomeadamente na sinalética de espaços e equipamentos.  Nº Acidentes de Trabalho em 2021: 20

**Objetivo Estratégico: Aplicar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE)**

2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4/2016)

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Assegurar o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	Taxa dos dados tratados de acordo com o RGPD	100% dos dados tratados de acordo com o RGPD	90%	- 10%	A decorrer

**Objetivo Estratégico: Inovar/Melhorar as condições de acolhimento, os serviços prestados e os cuidados disponibilizados aos utentes**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Apresentar candidaturas a programas de apoio/financiamento empresariais	N.º Candidaturas apresentadas	≥ 1 Candidaturas	100%	+100%	Realizou-se a candidatura ao PROCOOP.e ao PRR no âmbito da Mobilidade Verde

**Objetivo Estratégico: Implementar melhorias e adotar procedimentos que correspondam às necessidades e expectativas dos intervenientes: Utentes; Familiares; Colaboradores e Parceiros da Instituição**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Aumentar o grau de satisfação dos intervenientes	Grau de satisfação dos intervenientes	≥ 60% de satisfação dos intervenientes	100%		Aplicação de inquérito às famílias/responsáveis dos utentes/Clientes de todas as respostas sociais da SCMVR

**EIXO III: Melhorar a Comunicação Interna e Externa da SCMVR****Objetivo Estratégico: Melhorar a comunicação e externa da SCMVR**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Divulgar as atividades da SCMVR na página do Facebook	Nº de publicações por mês	≥4 Publicações mensais	100%	0%	O objetivo foi cumprido face às publicações que periodicamente se efetua na Pagina

**Objetivo Estratégico: Promover e divulgar as atividades desenvolvidas na SCMVR**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Atualizar os folhetos das respostas sociais da SCMVR	Nº de folhetos atualizados	≥ 6 Folhetos atualizados	100%	0%	Objetivo cumprido
Dinamizar ações de promoção da SCMVR na comunidade	N.º de ações realizadas	≥ 2 Ações	0%	-100%	Não houve condições para a concretização deste objetivo devido à situação pandémica do covid-19

**Objetivo Estratégico: Envolver os parceiros nas atividades da SCMVR**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Participações nas reuniões do CLAS	Nº de participações nas reuniões	≥1	100%	0%	Os representantes da SCMVR estiveram em todas as reuniões convocadas pelo CLAS

**EIXO IV: Investimentos: Equipamentos e Infraestruturas****Objetivo Estratégico: Ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	100%	0%	A Ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança ficou concluída a 31 de dezembro de 2021
Aquisição de Mobiliário para a Ampliação da ERPI	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	30%	-70%	

**Objetivo Estratégico: Requalificação da ERPI Casa do Idoso**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Requalificação da ERPI Casa do Idoso (no âmbito da candidatura aprovada, Programa Portugal 2020)	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido à situação pandémica do covid-19

**Objetivo Estratégico: Melhorar a Gestão de Equipamentos e Infraestruturas**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Alteração das Casas de Banho na ERPI Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido à situação pandémica do covid-19.
Instalação do Sistema Solar de aquecimento das águas sanitárias da ERPI de Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido a não ter havido nenhum programa a candidatar para o efeito.
Substituição de iluminação por Luminárias do tipo LED	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido a não ter havido nenhum programa a candidatar para o efeito.
Substituição do Sistema de Campainhas na ERPI de Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida por haver limitações financeiras

**EIXO V: Recursos Humanos****Objetivo Estratégico: Aumentar as qualificações profissionais dos colaboradores da Instituição**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Aumentar as competências e qualificações de acordo com as necessidades dos colaboradores da SCMVR	Taxa de Cumprimento do Plano Anual de Formação	≥ 50% do Cumprimento do Plano Anual de Formação	10,90%	-89,10%	Não foi cumprido devido à situação pandémica do covid 19
	Taxa de participação nas formações dos colaboradores da SCMVR	≥ 50% Participação nas formações dos colaboradores da SCMVR	100%		A participação na formação realizada foi de 100% dos colaboradores.

**Objetivo Estratégico: Valorização Pessoal e Motivação das Equipas de Trabalho**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Promover estratégias para a coesão da equipa e divulgação da missão institucional	Taxa de participação nas atividades a desenvolver para os colaboradores da Instituição	≥ 75% de participação dos colaboradores nas atividades desenvolvidas			A Meta não foi atingida devido à situação pandémica do covid-19.
Valorizar individualmente cada colaborador	Nº de felicitações dos aniversários dos colaboradores da SCMVR via postal	≥ 90% de felicitações dos aniversários dos colaboradores da SCMVR	100%	+10%	Todos os colaboradores foram felicitados aquando o seu aniversário

**Objetivo Estratégico: Renovar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Adquirir EPI para cada colaborador	N.º de EPI adquiridos	≥ 60 EPI adquiridos durante o ano	100%		Foram adquiridos em 2021 301 EPI's (botas, fardas e fatos)

**EIXO VI: Ação Social, Comunitária e Religiosa****Objetivo Estratégico: Dinamizar o Plano Individual dos utentes das respostas sociais da SCMVR**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Obter uma taxa de cumprimento do PI	Taxa de cumprimento dos objetivos alcançados do PI	≥70% dos objetivos alcançados do PI	Não avaliado	Não avaliado	Todos os PI'S foram elaborados e aplicados contudo não foram avaliados os objetivos alcançados

**Objetivo Estratégico: Praticar atos de culto católico, baseados nos princípios da doutrina e moral cristã - Ação Religiosa**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Promover a participação em ações religiosas organizadas pela Paróquia e por outras entidades	Taxa de participação nas ações religiosas dos utentes, colaboradores e Direção	≥50% da participação nas ações religiosas dos utentes, colaboradores e Direção	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido à situação pandémica do covid-19.



## 6. APRECIÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando no final de cada ano se faz o balanço do mesmo apercebemo-nos de todo o trabalho desenvolvido, com empenho e dedicação, considerando toda a complexidade organizacional e as condições da Instituição, em que os órgãos de gestão tiveram sempre presente a preocupação, o rigor e a contenção orçamental.

Considerando o ano atípico que decorreu da situação pandémica do covid-19 houve todo um trabalho que foi realizado e do qual efetuamos um balanço positivo, temos a consciência de ter cumprido uma parte da etapa podendo verificar-se no relatório de análise das demonstrações financeiras referente ao ano 2021 que se trabalhou para uma gestão mais eficiente, fazendo o equilíbrio entre as necessidades e a capacidade financeira da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2021 a Instituição evidenciava um passivo corrente de 1.804.010,08 €, que excedia o ativo corrente em 969.532,78€ resultado dos investimentos realizados nos últimos 15 anos designadamente na construção da Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor, a primeira fase da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança e neste último ano na ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança e que obrigaram a recorrer a empréstimos bancários para assim conseguir dar prossecução e concretizar os projetos em curso e por conseguinte aumentou-se o endividamento da instituição.

Ainda em 2021 o aumento dos gastos com o pessoal nomeadamente em horas extraordinárias para fazer face às necessidades de recursos humanos, designadamente horários de 12 horas, bem como a continuidade de despesas extraordinárias relativas a equipamentos de proteção individual, produtos de limpeza e desinfetantes para fazer face à pandemia do covid-19 contribuíram para o resultado líquido negativo do período apresentado cujo valor é 356 304,74€.

A instituição realizou os investimentos acima já mencionados, designadamente a ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança cujo objetivo foi o de aumentar substancialmente as receitas para fazer face às despesas da instituição e assim contribuir para equilibrar a situação económica da instituição. Relativamente a esta obra importa ainda salientar que no primeiro trimestre de 2022 rececionou-se a aprovação da candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais-3ª geração (Pares) que vai permitir um encaixe financeiro de 638.736,00€ (seiscentos e trinta e oito mil e setecentos e tinta e seis euros) a qual já se encontra concluída e a funcionar.

Ainda rececionou-se a aprovação da candidatura no âmbito da mobilidade verde com a aquisição de duas viaturas elétricas para a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário no valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), bem como se encontra a decorrer a reestruturação da dívida da Instituição e ainda a intenção de reavaliar todo o património da instituição bem como a apresentação de uma



candidatura ao Fundo de Socorro Social. Todas estas estratégias tem por objetivo inverter o desequilíbrio financeiro existente.

Sabemos que o ano foi de grandes dificuldades, a pandemia do covid-19 continuou a obrigar a despesas extraordinárias, mencionando ainda que após a data de encerramento do balanço a Pandemia registou nos primeiros meses de 2022 novas vagas de uma nova variante que infelizmente tem afetado a Instituição no que respeita a infetados, ainda que com sintomas ligeiros ou mesmo assintomáticos. No exercício de 2022 a pandemia mantém-se, no entanto fomos confrontados com uma nova situação, Guerra da Ucrânia, que irá trazer certamente um impacto enorme a nível dos gastos das Instituições, voltando a gerar-se um elevado grau de incerteza quanto às implicações no relato financeiro.

Contudo encaramos o ano de 2022 com otimismo, pois acreditamos que os investimentos efetuados bem como as estratégias em curso conjuntamente com a continuidade da política de rigor irão contribuir para a sustentabilidade financeira da Instituição.

Importa ainda expressar a todos os Colaboradores um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo, contributo fundamental na qualidade dos cuidados que prestamos aos nossos Utentes/Clientes.

Aprovado em Mesa Administrativa, na sua reunião de 12 de maio de 2022, por:

---

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim  
Provedora

---

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa  
Vice- Provedora

---

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz  
Tesoureira



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2021

---

Américo Bernardino

Primeiro Secretário

---

Fernanda Maria Gaspar Matias

Segunda Secretária

**7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Balanço**

Rúbricas	Notas	Período	
		2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6 e 7	7.720.865,22	7.894.697,91
Bens do património histórico e cultural	8	177.021,23	181.870,13
Ativos intangíveis	9		891,75
Investimentos financeiros	10	33.137,09	25.910,17
	<b>Subtotal</b>	<b>7.931.023,54</b>	<b>8.103.369,96</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6 e 11	129.961,64	115.707,20
Créditos a receber	12	316.447,78	319.070,47
Estado e outros entes públicos	13	29.590,33	21.217,91
Fundadores, associados e membros	14	14.395,00	17.897,50
Diferimentos	6 e 15	10.104,75	9.395,48
Outros ativos correntes	16	40.251,72	67.017,89
Caixa e depósitos bancários	17	293.726,08	469.947,97
	<b>Subtotal</b>	<b>834.477,30</b>	<b>1.020.254,42</b>
	<b>Total do Ativo</b>	<b>8.765.500,84</b>	<b>9.123.624,38</b>
<b>Fundo patrimonial e passivo</b>			
<b>Fundo Patrimonial</b>			
Fundos	18	10.215,01	10.215,01
Resultados transitados	18	1.762.031,42	1.833.603,37
Ajustamentos / outras variações do fundo patrimonial	18	1.247.940,18	1.269.922,52
	<b>Subtotal</b>	<b>3.020.186,61</b>	<b>3.113.740,90</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	18	-356.304,74	-71.571,95
<b>Total do fundo patrimonial</b>		<b>2.663.881,87</b>	<b>3.042.168,95</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	19	4.297.608,89	4.345.246,01
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	20	487.725,02	474.583,00
Estado e outros entes públicos	21	80.438,32	81.575,86
Financiamentos obtidos	19	585.358,17	433.817,26
Diferimentos	22	58.194,57	75.424,17
Outros passivos correntes	23	592.294,00	670.809,13
	<b>Total do passivo corrente</b>	<b>1.804.010,08</b>	<b>1.736.209,42</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>6.101.618,97</b>	<b>6.081.455,43</b>
	<b>Total do fundo patrimonial e do passivo</b>	<b>8.765.500,84</b>	<b>9.123.624,38</b>



## Demonstração de resultados por natureza

Rúbricas	Notas	Período	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	24	3.546.886,99	3.629.916,07
Subsídios, doações e legados à exploração	25	1.133.256,83	1.099.383,47
Trabalhos para a própria entidade			19.810,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	-386.582,63	-370.828,08
Fornecimentos e serviços externos	27	-1.144.255,38	-1.142.250,81
Gastos com o pessoal	28	-3.285.341,97	-3.098.466,88
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	29		28.953,41
Outros rendimentos	30	89.940,60	87.866,29
Outros gastos	31	-18.341,68	-44.676,15
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-64.437,24</b>	<b>209.707,48</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	32	-238.353,83	-240.583,65
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-302.791,07</b>	<b>-30.876,17</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	33	5,14	190,53
Juros e gastos similares suportados	34	-53.518,81	-40.886,31
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-356.304,74</b>	<b>-71.571,95</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>			
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>18</b>	<b>-356.304,74</b>	<b>-71.571,95</b>



## Demonstração fluxos de caixa

Descrição	Notas	Período	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		4.592.427,52	4.565.027,26
Pagamentos a fornecedores		-1.749.858,87	-1.714.571,25
Pagamentos ao pessoal		-2.562.029,76	-2.836.211,03
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>280.538,89</b>	<b>14.244,98</b>
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		-531.538,95	-138.300,98
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>-251.000,06</b>	<b>-124.056,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-102.215,39	-642.679,00
Investimentos financeiros		-10.466,98	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		61.568,99	
Investimentos financeiros		3.303,73	11.500,00
Subsídios ao investimento			36.856,62
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)</b>		<b>-47.809,65</b>	<b>-594.322,38</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		200.000,00	2.040.000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-41.765,39	-1.028.554,09
Juros e gastos similares		-35.646,79	-14.402,98
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>122.587,82</b>	<b>997.042,93</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	469.947,97	191.283,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	293.726,08	469.947,97

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2021**

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações do fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2020	1	10.215,01	1.833.603,37	1.269.922,52	-71.571,95	3.042.168,95
<b>Alterações no período</b>						
Aplicação do resultado de 2020	18		-71.571,95		71.571,95	
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	18			-21.982,34		-21.982,34
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar						
<b>Sub - total</b>	2		<b>-71.571,95</b>	<b>-21.982,34</b>	<b>71.571,95</b>	<b>-21.982,34</b>
<b>Resultado líquido do período de 2021</b>	3	<b>18</b>			<b>-356.304,74</b>	<b>-356.304,74</b>
<b>Resultado integral</b>					<b>-334.322,40</b>	<b>-334.322,40</b>
Operações com detentores do capital próprio						
<b>Posição no fim do período de 2021</b>	4=1+2+3	<b>10.215,01</b>	<b>1.762.031,42</b>	<b>1.247.940,18</b>	<b>-356.304,74</b>	<b>2.663.881,87</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2020**

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações do fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2019	1	10.215,01	2.163.275,32	1.255.771,25	-329.671,95	3.099.589,63
<b>Alterações no período</b>						
Aplicação do resultado de 2019	18		-329.671,95		329.671,95	
Outras variações 2020	18			-467,03		-467,03
Reconhecimento de subsídios ao investimento	18			-22.238,32		-22.238,32
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	18			36.856,62		36.856,62
<b>Sub - total</b>	2		<b>-329.671,95</b>	<b>14.151,27</b>	<b>329.671,95</b>	<b>14.151,27</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	3	<b>18</b>			<b>-71.571,95</b>	<b>-71.571,95</b>
<b>Resultado integral</b>					<b>258.100,00</b>	<b>-57.420,68</b>
Operações com detentores do capital próprio						
<b>Posição no fim do período de 2020</b>	4=1+2+3	<b>10.215,01</b>	<b>1.833.603,37</b>	<b>1.269.922,52</b>	<b>-71.571,95</b>	<b>3.042.168,95</b>



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

Rendimentos e Gastos	Respostas sociais									Total
	E.R.P.I. Santo António	E.R.P.I. Casa do idoso	E.R.P.I. Centro Geriátrico N.S. Esperança	Serviço de apoio domiciliário	Creche e Jardim de Infância	U.C.C.I. Rainha D. Leonor	Cantina	"Casa dos Amigos"	Capela	
Vendas e serviços prestados	456.695,65	368.348,65	699.603,59	104.006,08	41.266,49	1.873.536,53	3.430,00			<b>3.546.886,99</b>
Subsídios, doações e legados à exploração C.M.V. M. C.		369.544,74	280.399,92	285.804,86	66.700,74	116.277,47	14.529,10			<b>1.133.256,83</b>
Fornecimentos e serviços externos	-52.224,12	-44.593,27	-66.588,82	-3.563,24	-2.434,08	-217.179,10				<b>-386.582,63</b>
Gastos com o pessoal	-193.100,57	-178.355,52	-313.675,53	-59.444,50	-24.811,13	-370.950,88	-3.037,57	-351,78	-527,90	<b>-1.144.255,38</b>
Outros rendimentos	-575.313,35	-415.265,19	-632.853,46	-161.939,46	-140.279,01	-1.359.691,50				<b>-3.285.341,97</b>
Outros gastos	15.907,41	14.463,51	14.086,30	2.433,70	2.412,24	40.637,44				<b>89.940,60</b>
	-2.141,94	-1.641,28	-2.507,42	-427,69	-398,34	-11.225,01				<b>-18.341,68</b>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>19.367,82</b>	<b>23.356,82</b>	<b>-16.130,48</b>	<b>-52.234,37</b>	<b>-7.966,36</b>	<b>-30.343,42</b>	<b>392,43</b>	<b>-351,78</b>	<b>-527,90</b>	<b>-64.437,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-21.015,65	-30.497,55	-82.945,82	-6.011,32	-6.920,31	-85.961,74	-152,54		-4.848,90	<b>-238.353,83</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-1.647,83</b>	<b>-7.140,73</b>	<b>-99.076,30</b>	<b>-58.245,69</b>	<b>-14.886,67</b>	<b>-116.305,16</b>	<b>239,89</b>	<b>-351,78</b>	<b>-5.376,80</b>	<b>-302.791,07</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,01	0,04	0,03	0,22		4,84			<b>5,14</b>
Juros e gastos similares suportados		-3.800,14	-2.995,83	-29.419,30	-780,71	-727,03	-15.795,80			<b>-53.518,81</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-5.447,96</b>	<b>-10.136,52</b>	<b>-128.495,57</b>	<b>-59.026,18</b>	<b>-15.613,70</b>	<b>-132.096,12</b>	<b>239,89</b>	<b>-351,78</b>	<b>-5.376,80</b>	<b>-356.304,74</b>
Imposto sobre o rendimento do período										
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-5.447,96</b>	<b>-10.136,52</b>	<b>-128.495,57</b>	<b>-59.026,18</b>	<b>-15.613,70</b>	<b>-132.096,12</b>	<b>239,89</b>	<b>-351,78</b>	<b>-5.376,80</b>	<b>-356.304,74</b>



## 8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

### 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

**Designação da entidade:** Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, com o número de identificação de pessoa coletiva 501885196.

**Sede:** Rua Abílio Santos, n.º 5, 6110-244, Vila de Rei

#### **Natureza da atividade**

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 1581.

O fundo patrimonial da instituição é de 10.215,01 euros.

Tem por atividade principal atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento a que corresponde o CAE 87301, desenvolvendo ainda as respostas sociais de creche, pré-escolar, apoio domiciliário, cantina social, rede de cuidados continuados e prática de atos de culto católico.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras que se anexam foram aprovadas pela Mesa Administrativa na reunião de 12/05/2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia de Irmãos.

**Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

### 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).



## **2.2 Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo NCRF-ESNL.

## **3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF EM VIGOR**

A adoção da NCRF-ESNL nos termos definidos no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho, ocorreu pela primeira vez em 2016.

As Demonstrações Financeiras de 2016 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## **4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

### **4.1 Bases de apresentação**

#### **4.1.1 Continuidade**

A Mesa Administrativa procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa Administrativa concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021 a Instituição evidenciava um passivo corrente de 1.804.010,08 euros, que excedia o ativo corrente em 969.532,78 euros. A Instituição realizou investimentos no alargamento do Centro Geriátrico para mais 57 vagas, que entrou em funcionamento no início de 2022 do qual se espera um acréscimo de rendimentos e melhoria significativa dos resultados no futuro. Para além disso realça-se a aprovação de uma candidatura ao programa PARES no montante de cerca de 630 mil euros, e a intenção em apresentar um pedido de apoio ao Fundo de Socorro Social. Desta forma a Mesa Administrativa espera inverter o desequilíbrio acima referido.

#### **4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual,



independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*”.

#### **4.1.3 Consistência de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

#### **4.1.4 Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **4.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados, exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL.

#### **4.1.6 Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.



## 4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 4.2.1 Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

---

<b>Ativo fixo tangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
Edifícios e outras construções	entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 3 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 4 e 10 anos

---

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.



#### 4.2.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos. As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo intangível	Vida útil estimada
Programas computador	3 anos

#### 4.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.



#### 4.2.4 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento estão incluídas na rubrica de ativos fixos tangíveis e compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital ou ambos, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios. As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo. Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica de “Ganhos/Perdas por aumentos de justo valor”. Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”, estas não foram avaliadas no exercício de 2021.

#### 4.2.5 Financiamentos Obtidos

##### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, à medida que são incorridos, cumprindo o princípio da especialização, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que



advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### **Locações**

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”.

#### **4.2.6 Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - i. Alterações no risco segurado;
  - ii. Alterações na taxa de câmbio;
  - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:



- (i) Alterações no preço do bem locado;
- (ii) Alterações na taxa de câmbio;
- (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

### **Inventários**

Os inventários são constituídos por bens adquiridos para serem consumidos no decurso normal da atividade. Os inventários encontram-se registados ao custo médio.

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos necessários para a concluir e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, sendo a diferença registada como uma perda por imparidade.

O custo dos inventários adquiridos para venda inclui o preço de compra, acrescido de despesas relacionadas com a compra, nomeadamente, despesas com escrituras e impostos não reembolsáveis.

Os inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade para ela gerir fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou o custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registadas no ativo pela quantia realizável.

### **Créditos a Receber**

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



### **Outros ativos e passivos correntes**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

### **Caixa e depósitos bancários**

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fundos patrimoniais**

A rúbrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos patrimoniais*” são compostos por:

Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

Fundos acumulados e outros excedentes

Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **Fornecedores e outros passivos correntes**

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo custo que corresponda seu valor nominal.

#### **4.2.7 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda e prestações de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;



- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

#### **4.2.8 Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento nos fundos patrimoniais gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

#### **4.2.9 Provisões**

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir um exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **4.2.10 Imposto sobre o rendimento**



Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto “*As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas*”.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo nomeadamente, os relativos às modalidades de assistências medicamentosa, assistência médica e enfermagem e rendimentos prediais.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento a receber ou a restituir.

#### **4.4 Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### **5 FLUXOS DE CAIXA**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de



descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2021 e em 31/12/2020 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		2021	2020
Numerário (*)	11	4.143,49	2.002,54
Depósitos à ordem	12	289.582,59	467.945,43
<b>Total</b>		<b>293.726,08</b>	<b>469.947,97</b>

(\*) Valores guardados em cofre para pequenas despesas.

A rubrica depósitos bancários inclui o montante de 70.006,76 euros em 2021 e 59.983,48 euros em 2020, que não se encontra disponível para uso da Instituição, em resultado destes montantes pertencerem a utentes que delegam na Instituição a gestão dos seus fundos.

## 6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

De acordo com o definido no normativo aplicável às Entidades do Sector Não Lucrativo E.S.N.L.) e os modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho, as propriedades de investimento deverão ser apresentadas no ativo não corrente na rubrica de ativos fixos tangíveis. Para que seja possível manter a comparabilidade entre os exercícios, procedeu-se à transferência dos valores apresentados no balanço referente ao exercício de 2020, de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Posição em 31-12-2020	Reexpressão	Posição em 31-12-2020 Comparativo 2021
Propriedades de investimento	79.586,69	-79.586,69	
Ativos fixos corpóreos	7.815.111,22	79.586,69	7.894.697,91
Diferimentos	54.234,36	-44.838,88	9.395,48
Inventários	70.868,32	44.838,88	115.707,20

**7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2021								
Descrição	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	354.107,14	8.603.841,37	1.070.053,52	274.124,00	217.641,42	314.705,21	974.721,10	<b>11.809.193,76</b>
Aquisições		1.780,10	5.915,75		2.379,74	5.131,03	62.729,37	<b>77.935,99</b>
Alienações	-342,10	-25.400,00						<b>-25.742,10</b>
<b>Saldo final</b>	<b>353.765,04</b>	<b>8.580.221,47</b>	<b>1.075.969,27</b>	<b>274.124,00</b>	<b>220.021,16</b>	<b>319.836,24</b>	<b>1.037.450,47</b>	<b>11.861.387,65</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		2.237.957,13	940.580,32	272.780,35	171.127,31	292.050,74		3.914.495,85
Depreciações o exercício		190.574,52	30.149,32	1.708,33	6.566,06	3.614,95		<b>232.613,18</b>
Alienações		-6.586,60						<b>-6.586,60</b>
<b>Saldo final</b>		<b>2.421.945,05</b>	<b>970.729,64</b>	<b>274.488,68</b>	<b>177.693,37</b>	<b>295.665,69</b>		<b>4.140.522,43</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>353.765,04</b>	<b>6.158.276,42</b>	<b>105.239,63</b>	<b>-364,68</b>	<b>42.327,79</b>	<b>24.170,55</b>	<b>1.037.450,47</b>	<b>7.720.865,22</b>



## 2020

Descrição	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	352.490,66	8.588.025,95	1.055.369,02	274.124,00	214.946,75	313.155,41	232.295,41	<b>11.030.407,20</b>
Aquisições	1.921,66	13.656,05	14.684,50		2.694,67	1.549,80	752.934,44	<b>787.441,12</b>
Alienações	-305,18	-8.349,38						<b>-8.654,56</b>
Transferências		10.508,75					-10.508,75	
<b>Saldo final</b>	<b>354.107,14</b>	<b>8.603.841,37</b>	<b>1.070.053,52</b>	<b>274.124,00</b>	<b>217.641,42</b>	<b>314.705,21</b>	<b>974.721,10</b>	<b>11.809.193,76</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		2.050.599,59	905.669,16	270.405,35	164.179,18	288.611,72		<b>3.679.465,00</b>
Depreciações o exercício		187.524,53	34.911,16	2.375,00	6.948,13	3.439,02		<b>235.197,84</b>
Alienações		-166,99						<b>-166,99</b>
Transferências								
<b>Saldo final</b>		<b>2.237.957,13</b>	<b>940.580,32</b>	<b>272.780,35</b>	<b>171.127,31</b>	<b>292.050,74</b>		<b>3.914.495,85</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>354.107,14</b>	<b>6.365.884,24</b>	<b>129.473,20</b>	<b>1.343,65</b>	<b>46.514,11</b>	<b>22.654,47</b>	<b>974.721,10</b>	<b>7.894.697,91</b>



Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 3.2.1.

As depreciações do exercício, no montante de 232.613,18 euros (235.197,84 em 2020), foram registadas em gastos de depreciação e amortização (Nota 32).

O valor dos investimentos em curso em 2021 respeitavam às obras de ampliação das instalações da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, prevendo-se a conclusão no decorrer no ano de 2022.

## 8 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos bens do património histórico e cultural, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2021			
Descrição	Edifícios e outras construções	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo inicial	247.224,83	11.688,36	<b>258.913,19</b>
Saldo final	<b>247.224,83</b>	<b>11.688,36</b>	<b>258.913,19</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	65.354,70	11.688,36	77.043,06
Depreciações o exercício	4.848,90		<b>4.848,90</b>
Saldo final	<b>70.203,60</b>	<b>11.688,36</b>	<b>81.891,96</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>177.021,23</b>		<b>177.021,23</b>

2020			
Descrição	Edifícios e outras construções	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo inicial	247.224,83	11.688,36	<b>258.913,19</b>
Saldo final	<b>247.224,83</b>	<b>11.688,36</b>	<b>258.913,19</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	60.505,80	11.688,36	<b>72.194,16</b>
Depreciações o exercício	4.848,90		<b>4.848,90</b>
Saldo final	<b>65.354,70</b>	<b>11.688,36</b>	<b>77.043,06</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>181.870,13</b>		<b>181.870,13</b>



## 9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Descrição	2020	Adições	2021
Programas de computador	11.135,06		11.135,06
<b>Ativo intangível bruto</b>	<b>11.135,06</b>		<b>11.135,06</b>
Depreciações acumuladas	10.243,31	891,75	11.135,06
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>891,75</b>	<b>891,75</b>	

## 10 INVESTIMENTOS FINANCEIROS - método DO CUSTO

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 o movimento ocorrido na rubrica “Investimentos financeiros”, foi o seguinte:

Descrição	Período	
	2021	2020
<b>Investimentos noutras entidades</b>		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Sertã	705,00	705,00
<b>Outros investimentos financeiros</b>		
FCT - Fundos de compensação do trabalho	32.432,09	25.205,17
<b>Total</b>	<b>33.137,09</b>	<b>25.910,17</b>

## 11 Inventários

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo”, é detalhado como se segue:

### Matérias-primas subsidiárias e de consumo

Descrição	31-12-2021	31-12-2020	Variação %	Variação valor
Saldo inicial	63.278,32	55.749,30	13,51%	7.529,02
Variação em inventários (nota 6)	44.838,88			
Compras	400.837,07	378.357,10	5,94%	22.479,97
Saldo final	122.371,64	63.278,32	93,39%	59.093,32
<b>Gasto no exercício</b>	<b>386.582,63</b>	<b>370.828,08</b>	<b>4,25%</b>	<b>15.754,55</b>

Relativamente aos materiais diversos de referir que até 31/12/2020 estes bens eram considerados na conta 28 – Diferimentos e correspondiam a bens de consumo adquiridos e armazenados, sendo posteriormente transferidos para os diversos sectores, procedendo-se à transferência do armazém



para as valências respetivas. Neste sentido decidiu proceder-se ao tratamento destes materiais do mesmo modo que são tratados os restantes produtos armazenados, sendo considerados como inventários.

Relativamente aos produtos acabados não se verificou alteração no valor das existências na rubrica de “Produtos acabados”, mantendo-se o valor inscrito no exercício de 2020 no montante de 7.590,00 euros, respeitante ao livro "A Misericórdia".

## 12 CRÉDITOS A RECEBER

Em 31/12/2021 e 31/12/2020 a rubrica de “Créditos a receber”, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
Cientes	258.503,46	256.129,38
Cientes / utentes valências	57.944,32	62.941,09
<b>Total</b>	<b>316.447,78</b>	<b>319.070,47</b>

Nas quantias apresentadas foram deduzidas as perdas por imparidade acumuladas no montante de 71.331,52 euros. No exercício findo em 31 de dezembro não foram reconhecidos reforços/reversões na rubrica perdas por imparidade acumuladas.

## 13 Estado e Outros entes publicos (ativo)

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
Restituições de I.V.A.	29.590,33	21.217,91
<b>Total</b>	<b>29.590,33</b>	<b>21.217,91</b>

## 14 FUNDADORES, associados e membros

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
Quotas a receber de Irmãos	14.395,00	17.897,50
<b>Total</b>	<b>14.395,00</b>	<b>17.897,50</b>

**15 DIFERIMENTOS (ATIVO)**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
Seguros	7.054,67	6.345,40
Outros gastos a reconhecer (nota 6)	3.050,08	3.050,08
<b>Total</b>	<b>10.104,75</b>	<b>9.395,48</b>

**16 OUTROS ATIVOS CORRENTES**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outros ativos correntes” é assim detalhada:

Descrição	Período	
	2021	2020
Devedores por acréscimo de rendimento	24.350,39	39.079,46
Honorários		8.426,15
Caução E.D.P.	9.716,25	9.716,25
Fornecedores	5.743,57	4.592,41
Medicação utentes	101,51	5.203,62
Outras contas a receber	340,00	
<b>Total</b>	<b>40.251,72</b>	<b>67.017,89</b>

**17 Caixa e depósitos bancários**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
Numerário	4.143,49	2.002,54
Depósitos bancários (nota 5)	289.582,59	467.945,43
<b>Total</b>	<b>293.726,08</b>	<b>469.947,97</b>

**18 FUNDO PATRIMONIAL**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	2021	2020
Fundos	10.215,01	10.215,01
Resultados transitados	1.762.031,42	1.833.603,37
Ajustamentos / outras variações do fundo patrimonial	1.247.940,18	1.269.922,52
Resultado líquido do período	-356.304,74	-71.571,95
<b>Total</b>	<b>2.663.881,87</b>	<b>3.042.168,95</b>

**19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
<b>Instituições de crédito:</b>		
Caixa Geral de Depósitos	778.575,67	785.901,22
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	1.615.514,23	1.613.714,51
Montepio Geral	1.402.928,73	1.200.262,30
Novo Banco		26,26
<b>Outros financiadores:</b>		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	1.085.948,43	1.179.158,98
<b>Total</b>	<b>4.882.967,06</b>	<b>4.779.063,27</b>

Os pagamentos dos financiamentos obtidos são detalhados como se segue:

Instituições de crédito	Corrente	Não corrente	Total
CGD Jessica 0912.002010.251	36.897,72	365.902,37	402.800,09
CGD Jessica 0912.002011.251	34.422,24	341.353,34	375.775,58
CCAM 56062493859	29.079,52	383.383,87	412.463,39
CCAM 56067172285	52.646,51	860.404,33	913.050,84
CCAM - Conta corrente caucionada	290.000,00		290.000,00
MG 274.36.000229-0	52.275,50	850.653,23	902.928,73
MG 274.36.000290-2 - Linha Covid 19		500.000,00	500.000,00
<b>Total</b>	<b>495.321,49</b>	<b>3.301.697,14</b>	<b>3.797.018,63</b>



Outros financiadores	Corrente	Não corrente	Total
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	90.036,68	995.911,75	1.085.948,43
<b>Total</b>	<b>90.036,68</b>	<b>995.911,75</b>	<b>1.085.948,43</b>

Relativamente ao valor registado em empréstimos não correntes, cujo vencimento ocorrerá após 31/12/2022 estimam-se os seguintes pagamentos mínimos:

Instituições de crédito	2023 a 2025	Após 2025	Total	Vencimento
CGD Jessica 0912.002010.251 (1)	110.693,16	255.209,21	365.902,37	21-11-2032
CGD Jessica 0912.002011.251 (1)	103.266,72	238.086,62	341.353,34	21-11-2032
CCAM 56062493859 (2)	90.625,58	292.758,29	383.383,87	03-08-2034
CCAM 56067172285 (3)	178.845,97	681.558,36	860.404,33	26-01-2036
MG 274.36.000229-0 (4)	161.611,64	689.041,59	850.653,23	26-03-2023
MG 274.36.000290-2 - Linha Covid 19 (5)	377.777,74	122.222,26	500.000,00	19-11-2026
<b>Total</b>	<b>1.022.820,81</b>	<b>2.278.876,33</b>	<b>3.301.697,14</b>	

1. Hipoteca de 1.000.000,00 € sob imóvel à Caixa Geral de Depósitos
2. Hipoteca de 500.000,00 € sob imóvel à Caixa Agrícola
3. Hipoteca de 900.000,00 € sob imóvel à Caixa Agrícola
4. Hipoteca de 965.000,00 € sob imóvel ao Montepio Geral
5. Garantia passada pela GARVAL

Relativamente ao protocolo existente com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a estimativa de fluxos registado em não corrente será o seguinte:

Outros financiadores	2023 a 2025	Após 2025	Total
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	270.110,16	725.801,55	995.911,71

**20 FORNECEDORES**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Fornecedores”, apresentava a seguinte decomposição.

Descrição	Período	
	2021	2020
Fornecedores c/c	487.725,02	474.583,00
<b>Total</b>	<b>487.725,02</b>	<b>474.583,00</b>

**21 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
Retenção impostos sobre o rendimento	14.854,50	13.782,17
Imposto sobre o valor acrescentado	451,35	2.654,81
Contribuições e quotizações - T.S.U.	64.223,80	64.319,22
FCT/FGCT	908,67	819,66
<b>Total</b>	<b>80.438,32</b>	<b>81.575,86</b>

**22 DIFERIMENTOS (PASSIVO)**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
Frações autónomas	58.194,57	75.424,17
<b>Total</b>	<b>58.194,57</b>	<b>75.424,17</b>

**23 OUTROS PASSIVOS CORRENTES**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2021	2020
Cofre de utentes (nota 5)	101.909,51	122.083,69
Fornecedores de investimentos	17.022,97	121.455,28
Remunerações a liquidar	468.837,05	414.584,70
Honorários	2.062,52	10.488,67
Outras contas a pagar	2.461,95	2.196,79
<b>Total</b>	<b>592.294,00</b>	<b>670.809,13</b>

**24 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, na rubrica “Vendas e serviços prestados” só se verificou movimento na sub-rúbrica “Prestações de serviços” que apresentou a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
<b>Quotas dos utilizadores</b>				
Infância e Juventude	41.120,36	41.243,23	-0,30%	-122,87
Terceira Idade	1.578.254,29	1.661.076,78	-4,99%	-82.822,49
Unidade Cuidados Continuados	1.866.806,72	1.850.296,06	0,89%	16.510,66
Quotizações / encargos de admissão	4.268,00	4.378,00	-2,51%	-110,00
Outras prestações de serviços	23.608,00	21.021,95	12,30%	2.586,05
Outros rendimentos	32.829,62	51.900,05	-36,74%	-19.070,43
<b>Total</b>	<b>3.546.886,99</b>	<b>3.629.916,07</b>	<b>-2,29%</b>	<b>-83.029,08</b>

A coluna “variação” só apresenta valores, quando exista variação e a mesma seja relevante em termos de dimensão numérica. Grandes dimensões não apresentam valor na coluna “%”. Nos pontos que se seguem e sempre que existam comparativos, aplicamos o mesmo princípio.

**25 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
<b>Instituto da Segurança Social</b>				
ISS.IP - Protocolos	1.079.706,40	1.007.747,99	7,14%	71.958,41
Adaptar Social +	1.895,42			1.895,42
Apoio trabalhadores COVID 19	296,12	171,17	73,00%	124,95
<b>Outros subsídios</b>				
I.E.F.P.	5.263,39	21.785,24	-75,84%	-16.521,85
Município de Vila de Rei		6.424,00		-6.424,00
I.A.P.M.E.I.	6.506,50	56.349,11	-88,45%	-49.842,61
Subsídios de outras entidades	42,40	1.307,28	-96,76%	-1.264,88
<b>Doações e heranças</b>	39.546,60	5.598,68		33.947,92
<b>Total</b>	<b>1.133.256,83</b>	<b>1.099.383,47</b>	<b>3,08%</b>	<b>33.873,36</b>

**26 CUSTO DAS EXISTÊNCIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Custo das existências vendidas e consumidas” apresentava a seguinte decomposição, informação complementada no ponto 11 deste anexo:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	386.582,63	370.828,08	4,25%	15.754,55
<b>Total</b>	<b>386.582,63</b>	<b>370.828,08</b>	<b>4,25%</b>	<b>15.754,55</b>

**27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Subcontratos	443.032,72	502.823,95	-11,89%	-59.791,23
Trabalhos especializados	169.099,81	155.341,26	8,86%	13.758,55
Publicidade e propaganda	270,60		-	270,60
Honorários	42.160,01	26.626,25	58,34%	15.533,76
Conservação e reparação	79.190,36	64.365,42	23,03%	14.824,94
Serviços bancários	115,39		-	115,39
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	49.941,38	37.372,38	33,63%	12.569,00
Livros e documentação técnica	42,75		-	42,75
Material escritório	18.501,79	19.640,49	-5,80%	-1.138,70
Artigos para oferta	457,50			457,50
Outros materiais	3.735,97	2.918,71	28,00%	817,26
Eletricidade	130.018,43	135.099,67	-3,76%	-5.081,24
Combustíveis viaturas	14.496,88			14.496,88
Gás	116.291,89	119.009,13	-2,28%	-2.717,24
Água	11.963,77	15.044,31	-20,48%	-3.080,54
Outros	89,49	806,36	-88,90%	-716,87
Deslocações e estadas	338,92	532,67	-36,37%	-193,75
Transporte de mercadorias e pessoal	674,78	27,18		647,60
Rendas e alugueres	16.108,00	12.508,88	28,77%	3.599,12
Comunicação	12.240,49	15.316,00	-20,08%	-3.075,51
Seguros	14.293,90	13.060,94	9,44%	1.232,96
Contencioso e notariado	1.986,37	2.819,93	-29,56%	-833,56
Despesas de representação	40,00			40,00
Outros Serviços	125,30	8.430,30	-98,51%	-8.305,00
Limpeza, higiene e conforto	10.234,59			10.234,59
Encargos com utentes	8.804,29	10.506,98	-0,2	-1.702,7
<b>Total</b>	<b>1.144.255,38</b>	<b>1.142.250,81</b>	<b>0,18%</b>	<b>2.004,57</b>

**28 GASTOS COM O PESSOAL**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Remunerações dos órgãos sociais		64,80		-64,80
Remunerações do pessoal	2.663.490,59	2.515.966,30	5,86%	147.524,29
Compensações e indemnizações	2.727,13			2.727,13
Encargos sobre remunerações	574.592,03	543.637,76	5,69%	30.954,27
Seguros acidentes trabalho	34.464,59	28.662,06	20,24%	5.802,53
Outros gastos com o pessoal	10.067,63	10.135,96	-0,67%	-68,33
<b>Total</b>	<b>3.285.341,97</b>	<b>3.098.466,88</b>	<b>6,03%</b>	<b>186.939,89</b>

<b>Número médio de funcionários</b>	<b>220</b>	<b>220</b>
-------------------------------------	------------	------------

O número de funcionários não sofreu alteração nos dois exercícios em análise. No entanto, o valor das remunerações e encargos sobre as mesmas sofreu uma alteração significativa que se justifica pelo pagamento de horas extraordinárias, de acordo com o referido no relatório de gestão.

**29 IMPARIDADES**

No exercício de 2021 não foram registadas imparidades.

**30 OUTROS RENDIMENTOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Rendimentos suplementares	4.400,78	3.940,00	11,69%	460,78
Ganhos em inventários	7.880,10			7.880,10
Alienação ativos fixos tangíveis	45.744,50	11.827,70		33.916,80
Correções relativas a períodos anteriores	8.524,41	290,75		8.233,66
Imputações de subsídios ao investimento	21.982,34	22.238,32	-1,15%	-255,98
Consignação de IRS	1.187,92	7.210,20	-83,52%	-6.022,28
Outros não especificados	220,55	42.359,32		-42.138,77
<b>Total</b>	<b>89.940,60</b>	<b>87.866,29</b>	<b>2,36%</b>	<b>2.074,31</b>

**31 OUTROS GASTOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Impostos	1.467,27	1.618,50	-9,34%	-151,23
Gastos em investimentos não financeiros	60,00			60,00
Correções relativas a períodos anteriores	10.732,39	24.069,38	-55,41%	-13.336,99
Quotizações	3.020,00	3.020,00		
Gastos apoios financeiros concedidos		15.968,27		-15.968,27
Outros não especificados	3.062,02			3.062,02
<b>Total</b>	<b>18.341,68</b>	<b>44.676,15</b>	<b>-58,95%</b>	<b>-26.334,47</b>

**32 AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES DO EXERCÍCIO**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020, os gastos com “Amortizações dos ativos fixos tangíveis” e “Amortizações dos ativos fixos intangíveis” foram 238.353,83 euros e 240.583,65 euros, respetivamente, conforme se descreve no ponto 7 e 8 do anexo e desdobrados da seguinte forma:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Edifícios e outras construções	195.423,42	192.373,43	1,59%	3.049,99
Equipamento básico	30.149,32	34.911,16	-13,64%	-4.761,84
Equipamento de transporte	1.708,33	2.375,00	-28,07%	-666,67
Equipamento administrativo	6.566,06	6.948,13	-5,50%	-382,07
Outros ativos fixos tangíveis	3.614,95	3.439,02	5,12%	175,93
Ativos intangíveis	891,75	536,91	66,09%	354,84
<b>Total</b>	<b>238.353,83</b>	<b>240.583,65</b>	<b>-0,93%</b>	<b>-2.229,82</b>

**33 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Juros	5,14	190,53	-97,30%	-185,39
<b>Total</b>	<b>5,14</b>	<b>190,53</b>	<b>-97,30%</b>	<b>-185,39</b>

**34 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Juros suportados c/financiamentos obtidos	49.052,67	40.886,31	19,97%	8.166,36
Outros gastos e perdas de financiamento	4.466,14	-	-	4.466,14
<b>Total</b>	<b>53.518,81</b>	<b>40.886,31</b>	<b>30,90%</b>	<b>12.632,50</b>

**35 NÚMERO MÉDIO DE UTENTES**

Descrição	2021	2020
Estruturas Residenciais Pessoas Idosas - ERPI	169	169
Serviço de apoio domiciliário	32	39
Creche e Jardim de Infância	39	39
Unidade de Cuidados Continuados - UCCI	68	68
Cantina Social	3	3
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>318</b>

**36 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES**

A Mesa Administrativa não identificou quaisquer situações que originem o reconhecimento de provisões.

**37 PARTES RELACIONADAS**

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei é uma entidade de direito privado e utilidade pública administrativa que atua sob o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social.

Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais (Provedor, Mesa da Santa Casa) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Santa Casa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SCMVR foram apenas as relacionadas com deslocações 64,80 Euros. Durante o exercício de 2021 e 2020, no exercício de outras funções na entidade os membros da mesa e outras partes relacionadas auferiram remunerações no



montante de 67.247,04 euros e 67.255,56 euros, respetivamente, a título de Benefícios de curto prazo dos empregados.

### **38 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido negativo apresentado no exercício, no montante de 356.304,74 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

### **39 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### **40 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das duas primeiras vagas do COVID -19 ocorridas durante 2020, o ano de 2021 foi extremamente afetado pelas vagas que se seguiram, cujos impactos são reconhecidos e divulgados nas respetivas demonstrações financeiras do exercício.

A Pandemia registou nos primeiros meses de 2022 novas vagas de uma nova variante que infelizmente tem afetado a Instituição no que respeita a infetados, ainda que com sintomas ligeiros ou mesmo assintomáticos.

No exercício de 2022 a pandemia mantém-se, no entanto fomos confrontados com uma situação, Guerra da Ucrânia, que irá trazer certamente um impacto enorme a nível dos gastos das Instituições, voltando a gerar-se um elevado grau de incerteza quanto às implicações no relato financeiro, com efeitos que dependem da realidade de cada empresa e entidade.

A nossa Instituição continua a manter um sistema de controle e testagem, além de uma preocupação constante de limpeza e higienização.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Refere-se que em 2022 foi aprovada uma candidatura ao programa PARES

### **41 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA MESA ADMINISTRATIVA**

A Mesa Administrativa aprovou as demonstrações financeiras em 2022/05/12



<b>Contabilista certificado</b>	<b>Provedora</b>	<b>Vice- Provedora</b>	<b>Tesoureira</b>	<b>Secretário</b>	<b>2.ª Secretária</b>
José Damasceno C.C. n.º 1589	Maria Irene da Conceição Barata Joaquim	Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa	Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz	Américo Bernardino	Fernanda Maria Gaspar Matias



**9. PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL**

1. Que seja aprovado o Relatório de Gestão do Ano de 2021;
2. Que seja transferido para a conta “Resultados Transitados” o Resultado Líquido do Exercício no valor de 356 304,74€ (trezentos e cinquenta e seis mil trezentos e quatro euros e setenta e quatro cêntimos).

Vila de Rei, 12 de Maio de 2022

---

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim  
Provedora

---

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa  
Vice- Provedora

---

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz  
Tesoureira

---

Américo Bernardino  
Primeiro Secretário

---

Fernanda Maria Gaspar Matias  
Segunda Secretária

**10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 2021**



JULIO MARTINS & ALVES DA SILVA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO COM RESERVAS

Auditamos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 8 765 501 euros e um total de fundos patrimoniais de 2 663 882 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 356 305 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea a) e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea b) apresentadas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

a) Existe uma diferença para mais entre a quantia bruta escriturada de bens das rubricas do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento e o mapa de reintegrações e amortizações fiscais de cerca de 435.115 € (quatro centos e trinta e cinco milhares e cento e quinze euros). Esta diferença foi identificada no mapa de amortizações do ano 2000 e 1999, não existindo mapas anteriores a esta data. As primeiras demonstrações financeiras que se encontram disponíveis na instituição são de 1990.

b) Nas demonstrações financeiras da Santa Casa de Misericórdia de Vila de Rei existem bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento atribuídos a título gratuito cuja mensuração no reconhecimento é efetuada pelo seu valor patrimonial fiscal acrescido dos custos escriturais e registrais. Nestes casos, segundo o normativo contabilístico vigente, os bens deveriam ser mensurados ao justo



valor ou ao valor pelo qual se encontram segurados. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### INCERTEZA MATERIAL RELACIONADA COM A CONTINUIDADE

Na sequência dos investimentos efetuados nos últimos anos, em 31 de dezembro de 2021, o passivo corrente é superior ao ativo corrente. Tal como mencionado nas notas 4.1.1 e 40, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, prevendo-se a manutenção do apoio financeiro das instituições financeiras e outras entidades financiadoras, nomeadamente através da renovação e/ou reforço das linhas de crédito existentes, o qual é essencial para o equilíbrio económico e financeiro da entidade e para o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ✓ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização



Contabilística; e

- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos ou possíveis efeitos das matérias referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor para as entidades do sector não lucrativo e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila de Rei, 16 de maio de 2022

JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,  
representada por

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. n.º 974  
Registado na CMVM com o n.º 20160591

**11. PARECER DO DEFINITÓRIO**



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**

*Instituição Particular de Solidariedade Social*

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS DE 2021**

No cumprimento da alínea c) do número 1 do artigo 31º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, o Definitório ou Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, submete à apreciação dos Senhores Associados / Irmãos o Parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de 2021 apresentado pela Mesa Administrativa.

Os elementos do Definitório procederam à análise cuidada do Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e um, devidamente acompanhado pelo Parecer do Revisor Oficial de Contas, emitido por Alberto Manuel Alves da Silva Martins.

Apresenta rendimentos totais de 4.770.089,56 €, gastos totais de 5.126.394,30 € e um resultado negativo de 356.304,74 €. O total de fundos patrimoniais é de 2.663.881,87 €. Desta análise resultou a convicção dos membros deste órgão de que o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e um é um documento que expressa devidamente as atividades desenvolvidas pela instituição no ano findo.

Face ao exposto, expressamos o nosso Parecer positivo no sentido de que seja aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e um.

Vila de Rei, 13 de Maio de 2022

João Álvares Barroso de Moura Campino (Presidente)

Rui Manuel Rosa Garcia

Casimiro Marçal Vicente